

INTERCONEXÕES: SABERES E PRÁTICAS DA GEOGRAFIA

**CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES
(ORGANIZADOR)**

Atena
Editora
Ano 2020

INTERCONEXÕES: SABERES E PRÁTICAS DA GEOGRAFIA

**CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES
(ORGANIZADOR)**

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Luiza Batista

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
I61	<p>Interconexões [recurso eletrônico] : saberes e práticas da geografia / Christopher Smith Bignardi Neves. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-182-4 DOI 10.22533/at.ed.824201307</p> <p>1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Professores de geografia – Formação. I. Neves, Christopher Smith Bignardi.</p> <p style="text-align: right;">CDD 910</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores, é com grande honra que organizo esta obra, que oportuniza a interconexão dos diversos elementos, ideias e conceitos pertinentes à geografia. Inicialmente prospectada pela divulgação da expressa sabedoria científica que os autores aqui apresentados acumularam ao longo de anos de pesquisa.

Este livro traça um caminho que leva a diversas descobertas, constituindo-se como um instrumento fundamental na sociedade contemporânea, onde os saberes científicos têm sido postos à prova; aqui, pesquisadores, mestres e doutores compartilham seus conhecimentos e práticas que certamente ampliam as perspectivas acerca da geografia.

Quando o intelectual espanhol José Sacristán, considerou a prática como a cristalização coletiva da experiência histórica das ações, fez para consolidar os padrões tradicionais e formas visíveis de desenvolver a atividade. Ora, nada mais claro que os caminhos traçados pela luz dos saberes.

Neste sentido, para superar os entraves que dificultam a compreensão da geografia como um lugar de práticas socioculturais necessárias à construção da cidadania, os dez capítulos a seguir caracterizam-se pelo vínculo indissolúvel entre saberes e práticas, e também, pelo elevado grau de consciência dos autores a quem agradeço por contribuir com a divulgação científica.

Um dos pilares da prática docente no ensino superior está em refletir sobre a sociedade, os espaços, os sujeitos, e contribuir para a transformação que correspondam aos anseios da humanidade. Nota-se nesta obra, que as universidades públicas brasileiras vêm contribuindo para a promoção do bem-estar pessoal e coletivo.

Desta forma, a primeira parte do livro composto por cinco estudos se relacionam com as dinâmicas educacionais, Éliton Novais e Janette Stoffel (Capítulo 01) apresentam-nos o perfil dos discentes da Universidade Federal da Fronteira Sul [UFFS], campus de Laranjeiras do Sul (PR), a instituição é reflexo das políticas públicas educacionais que visou a expansão do ensino superior no Brasil. O campus em questão ultrapassou a marca de mil alunos distribuídos entre os cursos de graduação, especialização e mestrado.

O estudo desenvolvido por Ricardo Gomes e Judite do Carmo (Capítulo 02) relaciona o curso de Geografia ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência [PIBID] da Universidade do Estado de Mato Grosso [UNEMAT]. O referido programa insere acadêmicos em escolas públicas para desenvolver as competências inerentes à prática docente, o *locus* deste estudo dá-se em Sinop (MT), onde os autores por meio da fenomenologia refletem o espaço e a identidade.

O ensino da geografia de modo lúdico, instigaram Jacks de Paulo, Stela Maris Araújo e Wellington Ferreira (Capítulo 03) a propor o uso de massinhas de modelar para representar o espaço geográfico. Tal dinâmica didática-pedagógica foi realizada com acadêmicos do curso de Pedagogia em Minas Gerais, que se reproduzida nas séries

iniciais do Ensino Fundamental favorece o processo de ensino-aprendizagem de forma mais prazerosa e eficaz.

Contribuindo com a reflexão do processo ensino-aprendizagem, Joel dos Reis e Rildo Costa (Capítulo 04), focam no conceito geográfico de lugar, além de apresentar teóricos que abordam a temática, relacionam o tema com a educação. Os autores evidenciam o papel do docente na tarefa de inculcar aos alunos meios de perceber o lugar ao qual estão inseridos.

Gerar inclusão digital atrelada à educação é a proposta de Fabiane Krolow, Manoela Bastos, Natalia de Oliveira, Paula Libos e Tatiene Baioneta (Capítulo 05) por meio de uma a Mideoteca Flutuante em Cuiabá (MT). No projeto apresentado as autoras atrelam as evoluções do que se entendia inicialmente por bibliotecas, culminando no projeto de intervenção urbana inovadora.

Carlos de Sousa (Capítulo 06) sob as perspectivas dos estudos culturais analisa a imagem da América Latina por meio da animação francesa Mouk, que no Brasil podem ser acompanhados na TV Escola ou em plataformas de compartilhamento de vídeos. O autor selecionou seis episódios, onde Peru, Venezuela, Brasil, México, Argentina e Chile são contemplados; identificando na animação algumas particularidades e idiossincrasias acerca dos latino-americanos, e o reforço de alguns arquétipos, que podem ser superados por meio da edocomunicação.

A segunda parte do livro relaciona-se com análises diversas, dentre as quais se abordam o meio ambiente, o rural, o urbano e as imigrações. Daniela Cunha e Romerito da Silva (Capítulo 07) por meio da revisão bibliográfica analisam a forma como o meio ambiente é tratado pela geografia no campo teórico-metodológico; o que culmina na descrição da evolução do pensamento geográfico. Os autores expõem que a geografia humanista possibilita resgatar a pluralidade e unidade da geografia, uma vez que integra as relações da sociedade e da natureza.

Fabírcia Conceição e Ana Fonseca (Capítulo 08) refletem acerca do espaço rural brasileiro, o que epistemologicamente acarreta olhares sobre o processo de transformação do espaço e do território, que foram motivados pelo capitalismo e pela globalização. As autoras apontam para um novo espaço rural caracterizados pela pluriatividade e multifuncionalidade.

A pesquisa bibliográfica desenvolvida pelas integrantes do Projeto de Pesquisa “*Dinâmicas Territoriais na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá*”, Franciellen Figueiredo, Aury Mesquita, Aiara Melo, Kayza Leite e Giseli Nora (Capítulo 09) aborda a soberania alimentar por meio de hortas urbanas coletivas. As autoras expõem as potencialidades do bem-estar social, econômico e ambiental; além de fornecer alimento saudável a uma parcela da sociedade.

Para encerrar este livro, Allan Silva (Capítulo 10) aborda as imigrações sob a ótica de um paradigma da mobilidade humana, o complexo ensaio teórico traz grandes reflexões

sobre o imigrante do Sul global frente ao imigrante do Norte.

Isto posto, espero que o compartilhamento destes saberes estabeleça um diálogo com as ações e práticas de cada pesquisador, possibilitando traçar um fio condutor entre estas dualidades. Que esta obra possa encorajar mais geógrafos a romper a dicotomia e se engajar em novos desdobramentos aqui originados. Que possamos nos tornar lideranças intelectuais.

Christopher Smith Bignardi Neves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO PERFIL DE ORIGEM DOS ACADÊMICOS	
Élton Paulo Novais Janete Stoffel	
DOI 10.22533/at.ed.8242013071	
CAPÍTULO 2	14
EXPERIÊNCIAS E LUGARES: O ADVENTO DA APTIDÃO DOCENTE E O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO COM O ESPAÇO VIVIDO NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA	
RICARDO HENRIQUE GOMES JUDITE DE AZEVEDO DO CARMO	
DOI 10.22533/at.ed.8242013072	
CAPÍTULO 3	22
SABERES E PRÁTICAS: DIALOGANDO SOBRE REPRESENTAÇÕES NO ENSINO DE GEOGRAFIA	
Jacks Richard de Paulo Stela Maris Mendes Siqueira Araújo Wellington Rodrigo Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.8242013073	
CAPÍTULO 4	33
O INDIVÍDUO E SEU LUGAR: UM OLHAR PARA O SUJEITO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO	
Joel Cândido dos Reis Rildo Aparecido Costa	
DOI 10.22533/at.ed.8242013074	
CAPÍTULO 5	41
PROPOSTA DE MEDIATECA FLUTUANTE SOBRE O RIO CUIABÁ	
Fabiane Krolow Manoela Rondon Ourives Bastos Natalia Dos Santos Rosa de Oliveira Paula Roberta Ramos Libos Tatiene De Castro Andrade Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8242013075	
CAPÍTULO 6	50
PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A AMÉRICA LATINA NA ANIMAÇÃO <i>MOUK</i>	
Carlos Erick Brito de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.8242013076	
CAPÍTULO 7	63
EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO E O ESTUDO DO MEIO AMBIENTE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS	
Daniela Martins Cunha Romerito Valeriano da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8242013077	

CAPÍTULO 8	75
REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO RURAL BRASILEIRO	
Fabrícia Carlos da Conceição	
Ana Ivânia Alves Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.8242013078	
CAPÍTULO 9	86
A IMPORTÂNCIA DAS HORTAS COLETIVAS URBANAS COMO MECANISMOS PARA A SOBERANIA ALIMENTAR	
Franciellen de Almeida Figueiredo	
Aury Hellen dos Prazeres Mesquita	
Aiara Miranda Melo	
Kayza Keron Curvo Leite	
Giseli Dalla Nora	
DOI 10.22533/at.ed.8242013079	
CAPÍTULO 10	92
DA IMIGRAÇÃO AO REFÚGIO: TEMAS E PROBLEMAS DA MOBILIDADE VISTOS DO SUL	
Allan Rodrigo de Campos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.82420130710	
SOBRE O ORGANIZADOR	105
ÍNDICE REMISSIVO	106

DA IMIGRAÇÃO AO REFÚGIO: TEMAS E PROBLEMAS DA MOBILIDADE VISTOS DO SUL

Data de aceite: 01/06/2020

Allan Rodrigo de Campos Silva

Doutor em Geografia Humana pela Universidade
de São Paulo

RESUMO: Desde a última década - e com maior ênfase, desde a crise de 2008 – o Brasil passou por uma leve inflexão na divisão internacional do trabalho. Parte destas trajetórias de imigração que tinham o Brasil como destino se produziu não sem confrontos com autoridades nacionais estabelecidas dos países dos quais a emigração se deu e mesmo com as autoridades brasileiras, quando não dos países de passagem. Tal é o caso do Estatuto do Refugiado e o seu sub-expediente – o ‘solicitante de refúgio’ - que encurrala imigrantes por anos à situação excepcional do sujeito submetido a um processo interminável de adequação à sujeição formal. Por consequência, o surgimento do paradigma da mobilidade humana para ser entendido com o mínimo de profundidade, deve ser visto em sua relação com a transformação do estatuto da Soberania dos modernos territórios nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: migrações, refúgio, mobilidade, sul global

ABSTRACT: Since the last decade - and with greater emphasis, since the 2008 crisis - Brazil has undergone a slight inflection in the international division of labor. Part of these immigration trajectories that had Brazil as their destination took place not without confrontations with established national authorities in the countries from which emigration took place and even with the Brazilian authorities, if not in the countries of transit. Such is the case with the Refugee Statute and its sub-expedient - the ‘asylum seeker’ - which has cornered immigrants for years to the exceptional situation of the subject subjected to an endless process of adaptation to formal subjection. Consequently, the emergence of the human mobility paradigm to be understood with a minimum of depth, must be seen in its relationship with the transformation of the Sovereignty statute of modern national territories.

KEYWORDS: migration, refuge, mobility, global south

Desde a última década - e com maior ênfase, desde a crise de 2008 – o Brasil passou por uma leve inflexão na divisão internacional do trabalho. Se internamente assistimos a chamada reprimarização da economia com as *commodities* assumindo a figura de proa nas

exportações nacionais para a China, do ponto de vista da circulação da força de trabalho internacional já é possível identificar uma tendência dupla: I-) por um lado o regresso de cerca de 50% dos imigrantes brasileiros que estavam a trabalhar no exterior: de 4 para 2 milhões de imigrantes de 2004 a 2012 (Bógus, 2015, p.130); e por outro lado II-) o aumento dos fluxos imigratórios internacionais para o Brasil: de 45 mil imigrantes em 2006 para cerca de 160 mil em 2015, de acordo com informações da Polícia Federal.

Marcando a diversidade dos fluxos imigratórios recentes, que passaram a incorporar novas origens, surgem, com alguma importância, as concessões de registros para chineses, que ingressaram com mais intensidade a partir de 2008, totalizando 25.543 (8,0%) ao lado do já mencionado grupo de haitianos, cujos fluxos tornaram-se intensos a partir de 2010, com 20.892 (6,5%). Os portugueses ficaram em terceiro lugar com 21.788 (6,8%), e, junto com os italianos (16.209; 5,1%), foram os únicos imigrantes oriundos daqueles países que historicamente enviaram fluxos migratórios para o Brasil, a aparecerem com algum destaque, especialmente nos anos que se seguiram a 2009. Excetuando-se os bolivianos, todas as demais nacionalidades tiveram incrementado o número de registros permanentes a partir do ano de 2008, período posterior à instalação da crise econômica global, que também coincidiu com a maior chegada dos brasileiros retornados (OLIVEIRA, PEREIRA e QUINTINO, 2015), fugindo da crise e atraídos pelo cenário de recuperação econômica no Brasil. Ainda segundo a mesma pesquisa, os bolivianos tiveram o maior volume de registros permanentes concedidos (50.357, o que corresponde a 15,7% do total). A quantidade de bolivianos registrados intensificou-se a partir de 2009, demonstrando um comportamento distinto da tendência da década e sugerindo a ocorrência de um processo de regularização de bolivianos já residentes no país e que se beneficiaram do “Acordo sobre Residência do Mercosul e Países Associados”. (Bógus, 2015, p.132)

A figuração do Brasil como destino das migrações internacionais a partir do deflagrar da crise financeira internacional de 2008 foi reforçado pela dinâmica de reprodução do próprio capitalismo mundializado em crise, já a própria constituição do boom das commodities é uma consequência contraditória da crise do subprime, que promoveu um afluxo dos investimentos financeiros no mercado de futuros de uma série de mercadorias primárias, tais como açúcar, soja e minério de ferro (Pitta, 2016, p.26-27). Fato este que já anuncia a efemeridade do assim chamado superciclo das commodities, não obstante a imagem de um Cristo Redentor foguete em uma capa *Economist* de 2009.

Parte destas trajetórias de imigração que tinham o Brasil como destino se produziu não sem confrontos com autoridades nacionais estabelecidas dos países dos quais a emigração se deu e mesmo com as autoridades brasileiras, quando não dos países de passagem. Os confrontos do imigrante com os aparatos de controle são vários e multicoloridos e vão do leve constrangimento de suborno por um carimbo em um posto de fronteira ao tráfico humano, por inteiro em órgãos separados. Tais exercícios de violência sobre o imigrante podem ser entendidos como violações extraeconômicas, cujos protocolos também variam: da barbárie de segunda ordem de grupos de saqueados, mafiosos e traficantes aos expedientes institucionalizados dos aparatos de controle populacional tornados legítimos pela ascensão do humanitarismo como instrumento de (in)administração cínica do colapso da modernização.

Sem ter em vista os fundamentos mais profundos destas violações, a saber o dinheiro como forma social sacrificial do ritual tautológico de autovalorização do valor – só podemos continuar caminhando em direção ao encurralamento histórico da matéria humana como corpo sacrificável em nome dos aprimorados protocolos de gestão populacional.

O lugar social do imigrante no século XIX no Brasil não é segredo para ninguém, mas poucos se arriscam a oferecer uma resposta, mesmo que provisória, para o significado histórico-social da imigração no século XXI.

Diferentemente dos fluxos migratórios do século XIX e princípio do XX, em que os imigrantes originários do hemisfério norte eram mais desejados pelo papel que desempenhavam na “ocupação” de territórios; na atualidade, o incremento populacional, com a chegada de imigrantes é devido em grande parte à presença de pessoas provenientes do hemisfério sul, como haitianos, bolivianos, senegaleses, congolese entre outros, com pouca qualificação profissional ou ausência de condições de comprová-la (como no caso dos haitianos), agravada pelas dificuldades com o idioma. Em virtude disso, esses imigrantes vivenciam situações de preconceito e desconfiança, sem que haja a mediação de políticas para atenuar tais processos e facilitar a inclusão social. (Bógus, 2015, p.130)

Nas explicações correntes sobre as migrações contemporâneas não há dúvidas sobre a diferença em relação às migrações no século XIX, mas pouco se tem a dizer sobre a natureza das migrações contemporâneas no que se refere a produção de massas mobilizadas e sem trabalho em todo o globo. Tais diagnósticos também reproduzem uma visão corrente sobre a pretensa pior qualificação do imigrante do Sul global frente ao imigrante do Norte. A porcentagem de angolanos e congolese com ensino superior completo é superior a 40%, taxa muito semelhante aos estrangeiros em geral com ensino superior com vínculo formal de trabalho no Brasil: entre os anos de 2011-2013 a taxa variou entre 45% e 35% (Cavalcanti *et al*, 2015, p.). Isso reflete uma tendência corrente nos estudos migratórios segundo a qual as trajetórias de imigração de longa distância tendem a ser compostas por indivíduos com maiores níveis de instrução formal. (Schwartz, 1976)

A saída de imigrantes de um contexto A põe em que relevo as condições de pertencimento àquele Estado Nacional e traz à tona as condições particulares da cidadania – os direitos e deveres relativos ao pertencimento nacional e jurídico daquela nação. Por outro lado o acolhimento jurídico de um imigrante internacional em um contexto B põe relevo na situação corrente desta nação e traz à tona as condições particulares do pertencimento ao ordenamento jurídico que lhe recebe, acolhido, não obstante como um cidadão estrangeiro

A forma como o Brasil tem recebido imigrantes internacionais varia em função da origem geográfica do fluxo. É notável, nesse sentido, que os imigrantes da Fortaleza Europa, como portugueses, italianos e espanhóis, via de regra, são acolhidos por meio de vistos temporários e permanentes que lhes garante a sujeição formal ao regime social brasileiro, enquanto os imigrantes do chamado Sul Global tem sido recebidos através de sub-expedientes muito apropriados a inserção a postos de trabalho precários, ainda que do ponto de vista jurídico-policial tais aparatos se mostram ágeis e minuciosos para o

controle do imigrante.

Os haitianos e bolivianos constituem casos particulares da recepção do imigrante internacional no Brasil contemporâneo e como estão um pouco mais distantes do foco central desta pesquisa, não serão objeto de reflexão. Não obstante vale anotar que aos Haitianos foi concedido um indulto humanitário que os inseriu em um outro sub-expediente jurídico, o do visto humanitário. Já aos bolivianos foi concedida uma espécie de anistia migratória no mais também bastante apropriada a forma como essa população vem a se sujeitar a sociedade do trabalho no Brasil.

Tal é o caso do Estatuto do Refugiado e o seu sub-expediente – o ‘solicitante de refúgio’ - que encurrala imigrantes por anos à situação excepcional do sujeito submetido a um processo interminável de adequação à sujeição formal. Esse tratamento securitivo-jurídico particular e seletivo diz respeito a forma como se deu a recepção “no atacado” do imaginário humanitário no Brasil desde os anos 1980 – um aparato de controle populacional produzido historicamente pelo desmanche dos exércitos industriais nacionais. No varejo, a realização objetiva do ideal humanitário mostra os dentes e as garras nos seus expedientes e sub-expedientes particulares.

A categoria de imigrante indesejável é um produto eugenista do Estado Novo que identificava raças objeto de interesse ao povoamento e a constituição de uma raça brasileira apropriada (Seyferth, 2008). Hoje o indesejável é um mosaico e em função do contexto pode ser o muçulmano, o latino, o cigano, o indígena, a mulher ou simplesmente o estrangeiro. O caso mais extremo e não por isso incomum, dentro do qual as tensões entre dois contextos de mobilidade do trabalho no mundo contemporâneo ressurgem é o campo de concentração de refugiados que começa a se disseminar em uma escala assustadora em todo o planeta.

Esta disseminação dá centralidade para a reflexão de Giorgio Agamben, para quem o ‘campo’ constitui o paradigma da modernidade (Agamben, 2011). Tal como entendemos, o campo seria o paradigma da modernidade porque é uma forma primeira de territorialidade da mobilização forçada para o trabalho, fato que põe em relevo dimensão militar da mobilização do trabalho em geral, no aldeamento indígena jesuíta no novo mundo ou na casa de manufatura europeia.

Por isso, enquanto estivermos no horizonte da moderna sociedade do trabalho, o campo não pode deixar de estar presente como forma primordial de mobilização populacional, em que pese seus matizes históricas e formas de decomposição ou reprodução em simulacro.

Não obstante as transformações no interior da sociedade do trabalho - a saber, a queda exponencial do trabalho vivo nos processos de produção globais em decorrência da Lei Geral de acumulação capitalista – acarretam transformações para o Campo enquanto tal.

Assim que na aurora do século XXI já não se pode falar em campos de mobilização

para o trabalho, uma vez que essa relação se tornou matéria relativamente escassa. O campo constitui hoje, antes de mais, um espaço de contenção de massas expropriadas das próprias relações de sujeição ao mundo do trabalho, espaços de administração da ‘humilhação secundária’ (Heidemann, 2004)

Até onde temos notícia não existe a ocorrência do campo de concentração de refugiados no Brasil, ainda que tenham existido casos de assentamentos de refugiados para palestinos. Mas se tomamos o campo como forma particular de confinamento de massas expropriadas da relação de sujeição primária (o aluguel da força de trabalho), então a questão se inverte e despontamos como concorrente ao pódio mundial no confinamento populacional: desde 2014 a população carcerária brasileira ultrapassou a cifra de 600 mil pessoas, a quarta maior população carcerária do planeta. Mesmo os assentamentos sem-terra, dentro deste ponto de vista, podem ser figurados enquanto zonas de espera, no aguardo da mobilização para o trabalho.

Na malha fina da vida cotidiana, entretanto, diversos outros campo de confinamento e espera se proliferam pelas metrópoles brasileiras. Os albergues municipais e estaduais de São Paulo são notáveis nesse sentido. Caso especial constitui o ‘Arsenal da Esperança’, instituição que ocupa atualmente parte das instalações da Hospedaria dos Imigrantes, construída no século XIX em meios aos esforços da colonização sistemática. Naquele momento – o século XIX – a mobilização para o trabalho se dava sob as bases da formação territorial brasileira em direção aos sertões de São Paulo, Paraná e do Mato Grosso por meio das frentes pioneiras do café, como não pode deixar de estar informada toda pesquisa sobre imigrações no Brasil.

Não obstante, uma forma inicial de tomarmos consciência das transformações subjacentes à incorporação das classes trabalhadoras ao longo do processo de modernização reside no entendimento do lugar social do imigrante/trabalhador no interior da burocracia estatal brasileira – e por sua vez no interior do processo histórico de acumulação do Capital.

No momento da construção da Hospedaria a gestão populacional era objeto das Empresas Coloniais, depois substituída pela Diretoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado. O imigrante era entendido como colono, sitiante e povoador dos sertões e seus corpos móveis estavam postos como objetos da formação territorial nacional. Entre as funções da Hospedaria naquele momento destacam-se a política sanitária de quarentena, o agenciamento para o trabalho em fazendas do interior e a ampla distribuição de passagens ferroviárias para imigrantes. E, uma das diretrizes da Hospedaria indicava que os imigrantes não poderiam permanecer na capital. Nesse contexto a Hospedaria funcionava a todo vapor como um campo de mobilização para o trabalho, meio de constituição de uma superpopulação relativa ou uma classe trabalhadora livre nacional.

Já no início do século XX, o Estado de São Paulo começava a financiar a mobilização do trabalho de imigrantes dentro do próprio país. Em 1935, o governador Armando Salles

de Oliveira (fazendeiro que dá nome ao campus do Butantã da USP) realiza a primeira política oficial de subsídio à migração para São Paulo. Em 1939, entretanto, a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração é substituída pelo Serviço de Imigração, apontando já uma mudança de perspectiva em relação ao migrante que chega em São Paulo.

A partir da década de 1950, com a crise da economia cafeeira, o interior passa a rejeitar os trabalhadores que antes eram buscados ativamente. Ao mesmo tempo, o ingresso de imigrantes na Hospedaria cai sensivelmente, a diretriz que orienta a saída dos imigrantes da capital paulista se dissolve e os imigrantes acabam ficando pela cidade (Cutti, 1997).

Como o processo de urbanização das metrópoles brasileiras já se deram em um contexto de urbanização crítica, a saber, um contexto territorial onde não há urbano para todos justamente em função da crise do trabalho (Damiani, 2015), a constituição da superpopulação relativa à acumulação de capital não cumpria aqui a simples função de regulação de salários. Durante os anos 1960 já se constitui uma classe lumpemproletariada, alheia a inclusão formal no mundo do trabalho, engrossando fileiras de desempregados, moradores de rua, mendigos e, no jargão de época, indigentes. Em 1967 é criada a Secretaria de Promoção Social, e o seu departamento de Migrantes, depois departamento de Amparo e Integração Social, no auge da migração interna de nordestinos para o sudeste.

Aqui já se pode antever que o lugar social do imigrante/trabalhador se translada da mobilização para o trabalho para a gestão social. Os aparatos criados para envolverem o imigrante/trabalhador vão, aos poucos, mas obstinadamente, rejeitando o seu pertencimento ao temário da mobilização para o trabalho em direção à política do amparo e da integração social, sem com isso relativizar o *ethos* fundante do trabalho. A figura do (i)migrante também se dissolve nas mais diversas acepções que com isso escondem o lastro social que produz a sua condição social. Quando o imigrante é identificado simplesmente como indigente já estamos a meio passo da situação contemporânea onde as trajetórias são reduzidas à sua manifestação individual acompanhada de expedientes de auto-responsabilização.

Essa inversão paradigmática nos aparatos de gestão populacional é consequência da forma particular da modernização na periferia do Capital que se constitui enquanto corre atrás dos níveis de produtividade do Centro – produz uma superpopulação relativa no momento em que o processo global de acumulação capitalista enfrenta uma passo definitivo na tendência ao decréscimo do trabalho vivo no processo de valorização de valor global onde o trabalhador passa de força de trabalho a objeto de cuidado.

Nesse contexto os imigrantes são reiteradamente reduzidos a uma massa amorfa de lumpen proletários: como menores abandonados, homens e mulheres desempregadas, mendigos, velhos e vítimas de calamidades públicas (Cutti, 1997). A instituição criada em 1967 pelos militares para cuidar desses ‘desajustados’ é a CETREN (Central de

Triagem e Encaminhamento), cuja que prática de ajustamento a aproximava de uma agência penitenciária. O Cetren passa a pôr em movimento uma prática autonomizada de educação para a busca de trabalho que ensina os corpos e mentes a não desistirem da sua busca trabalho, mesmo que este não esteja efetivamente disponível.

O Arsenal da Esperança – entidade católica com sede em Turim que assumiu a prática de acolhimento de moradores de rua nas instalações da antiga Hospedaria de São Paulo contratada para fazer às vezes da filantropia para o governo Estadual – está imersa nos modos de proceder inaugurados em São Paulo pelo CETREN e que passaram a constituir um conjunto de práticas de mobilização fictícia, em simulacro para o trabalho.

A história do Arsenal, não obstante, é contada pelos seus funcionários como parte das ações humanitárias produzidas no pós-guerra italiano e a filial brasileira é apresentada como conquista etapa de expansão das práticas de acolhimento da organização italiana. O escritório central do Arsenal de Turim, que tivemos a oportunidade de visitar em 2015, entretanto, assemelha-se mais a um *headquarter* da tecnocracia humanitária, com ares de acampamento de juventude católica, enquanto o Arsenal brasileiro está mais para um depósito de moradores de rua, enlatados em galpões com duzentas camas beliches e submetidos a regras morais incompatíveis com a situação de rua.

O Arsenal é uma versão ultra-modernizada das ‘férias missionárias’ dos norte-americanos no México nos anos 1960 que na ocasião fizeram ferver o fígado de Ivan Illich por combinar um despertar sentimental para com a pobreza e uma cegueira para com acirramento da reprodução total movido pelo próprio humanitarismo. (Illich, 1968). Na ocasião Illich falava para uma audiência de estudantes norte-americanos, provocando os jovens filantropos a abdicarem da ajuda que impunham ao México.

Por outra via, quase vinte anos mais tarde, a britânica Barbara Harrell-Bond viria a escrever o seu *Imposing Aid* (Impondo ajuda) que eleva as prática de ajuda emergências a refugiados como objeto de crítica. (Harrell-Bond, 1986). Sua pesquisa, realizada na região sul do Sudão com refugiados da Uganda em 1982-3 acompanhou as ações envolvidas nos programas emergenciais de reassentamentos realizados em conjunto pelas agências humanitárias (como ACNUR) em conjunto com governos locais e outras instições internacionais. Os programas tinham como objetivo central tornar os refugiados um grupo economicamente independente, já que enquanto permanecesse como população vulnerável não poderia ser completamente responsável pela sua reprodução social. Contudo, as doações de alimentos de materiais de ajuda humanitária prolongou as desigualdades entre grupos de assentados, fato que levou a autora a argumentar que a criação do refúgio e da figura do refugiado era apropriada à reprodução da dinâmica de doação humanitária que vinha sendo estabelecida – que não removeria as populações da situação de vulnerabilidade, já que estas constituíam a demanda de uma *cadeia econômica humanitária*.

De outra parte o humanitarismo, como um campo social, também representa um

campo em constante complexificação das relações de trabalho. Se já no século XIX, Charles Dickens nos fazia ver que o prolongamento dos expedientes jurídicos era responsável pela manutenção dos empregos e salários de um conjunto extenso de funcionários das Chancery britânicas – *Jarndyce and Jarndyce makes jobs for us all*, dizia um funcionário do cartório, também ali já passou a se constituir uma camada de trabalhadores humanitários cuja execução de projetos humanitários em África garante seus salários. Agora, em pleno século XXI, no auge da vigência do paradigma humanitário, a expansão do trabalho complexo humanitário e jurídico também atingiu patamares espetaculares. Tome-se como exemplo o complexo econômico-humanitário de Genebra, de Nova Iorque ou mesmo de Brasília ou as vexatórias feiras de produtos humanitários.

No mais, uma pesquisa específica sobre a constituição e a reprodução do campo autonomizado do humanitarismo, considerado em suas dimensões produtiva, financeira e ideológica, poderia mostrar se de fato o papel mais profundo que o humanitarismo cumpre no processo de modernização contemporâneo estaria restrito ao incremento da divisão social do trabalho (complexo) no país que executa seus protocolos jurídicos, gerando empregos para advogados, juizes, analistas, pesquisadores, reproduzindo por consequência um extenso mercado secundário dos direitos inalienáveis, mas intercambiáveis e constituindo a superestrutura da administração ritualizada e burocratizada dos sacrifícios de seres não-rentáveis.

Nos nossos dias, contudo, o setor humanitário atingiu uma complexidade econômico-financeira sem precedentes. À guisa de ilustração, caberia mencionar que o orçamento das agências humanitárias, tais como a ACNUR, é diretamente ligado aos principais clientes fornecedores de insumos humanitários, comercializados em feiras dedicadas ao setor que fazem dos próprios refugiados uma demanda venal como outra qualquer. Evidentemente, uma pesquisa sobre os meandros da reprodução ficcionalizada do Capital nas agências humanitárias internacionais pode se mostrar bastante interessante, ao pontuar os caminhos percorridos entre as dívidas públicas de Estados (como a Alemanha, a França, a Suíça, o Reino Unido ou os EUA) e os investimentos destes mesmos países no orçamento geral da ONU e particular da ACNUR, depois realizados com a compra de material utilizado na reprodução das populações vulneráveis rotuladas como refugiados em campos de concentração e assentamentos humanitários.

O Arsenal da Esperança, uma instituição humanitária típica deste cenário de financiabilidade fictícia estatal da gestão colapsada de exércitos industriais de reserva, lança mão de métodos de reprodução em simulacro da sujeição ao mundo do trabalho, da mercadoria e do dinheiro. Para isso a organização criou uma moeda paralela, o AR\$, ou o Arsenal, que é fornecido para moradores de rua em troca de latinhas de alumínio e materiais reciclagem. Sob a posse da moeda-simulacro, o morador de rua pode obter, a custos convertidos em AR\$, um conjunto seletivo de mercadorias, tais como roupas, sapatos, gêneros alimentícios. Ao fim das contas, o uso do AR\$ propõe uma forma de

moralização do consumo, já que o Arsenal, diferente da forma-dinheiro, não possui amor no corpo e não se deixa trocar por qualquer mercadoria: X litros de bebidas alcoólicas não podem ser expressos em AR\$, já que no mundo desta moeda-simulacro não existe proporção para esta relação, mesmo que na sua forma original o dinheiro tenha sido apresentado por Marx como um equivalente geral entre a pinga e bíblia. No idílio do Arsenal, contudo a pinga se torna *extra commercium hominum*.

O Arsenal acolhe unicamente homens, em que pese a presença da mulher em condição de rua na metrópole paulistana. Para os funcionários humanitários do Arsenal, *o homem é o pilar da família e se o homem conseguir se recolocar de pé socialmente essa bem-aventurança reverberará sobre todos os seus*.

O marco histórico da experiência do Arsenal é a generalização do colapso da modernização, já que este período inaugura a universalização do capital fictício que torna o dinheiro uma forma social sacrificial incapaz de valorizar valor, um dinheiro sem valor. A experiência de sofrimento, mediada pelo dinheiro sem valor deveria nos fazer elevar a própria dinâmica sacrificial do dinheiro enquanto forma social fetichista ser posta em questão em vez de instigar a criatividade para a criação de formas derivadas de sacrifício. (Kurz, 2014)

A matéria social sobre a qual o Arsenal atua é o tempo, a espera da ressocialização prometida nos mesmos termos da sociabilidade moderna, a saber, o trabalho produtor de valor, capaz de produzir contextos de consumo monetarizado. Uma promessa que ninguém pode cumprir e que só se mantém em simulacro – com isso interrompendo qualquer possibilidade de reflexão sobre o contexto culpabilizador e individualizante da produção de sujeitos do dinheiro fictício.

O nome ‘Arsenal’ deriva da experiência italiana, surgida da ocupação de um antigo depósito de armas da primeira guerra mundial abandonado no norte da cidade de Turim. A apropriação do nome Arsenal não deixa de reverberar, contudo, que a prática da mobilização do trabalho é indissociável do controle policaresco sobre o corpo objetivado sob a forma da mercadoria.

Também não pode passar incólume o fato de que o governo do Estado se utilize da Igreja Católica para pôr em movimento as práticas de ‘ressocialização’ de moradores de rua, já que em matéria de culpa não há ninguém mais potente para a administração anímica do que os católicos. Por sua vez, os missionários Escalabrinianos, já envolvidos com a questão migratória desde meados do século XIX, em meio as discussões do Seminário João XXIII, fundam a AVIM em 1974, primeiro na sede da Pastoral do Migrante, no bairro do Ipiranga, em São Paulo, como instituição em contraponto a prática da CETREN. Dez anos mais tarde ela se transfere para o bairro do Glicério, onde se localiza até hoje.

Em uma primeira fase, entre 1974 e meados da década de 1980, a associação se volta principalmente para habitantes das periferias e imigrantes nordestinos, engajados na construção civil na capital ou como boias-frias no trabalho temporário do corte da

cana como as andorinhas de José de Souza Martins (Martins, 1986). Durante a década de 1980, as altas taxas de desemprego brasileiras colocavam no centro a necessidade de elaboração do temário econômico-social na mobilização de trajetórias da migração interna no país.

Em um momento seguinte, já na década de 1990, podemos acompanhar o aumento de imigrantes latino-americanos, principalmente bolivianos, que passaram a costurar suas redes sociais pela cidade de São Paulo através da incorporação precária na produção têxtil paulistana. Em 2003 a AVIM deixa de ser uma associação jurídica e é transformada na Casa do Migrante, assumida integralmente pelos Missionários Scalabrinianos, com a colaboração de leigos voluntários. Desde 2006 a Casa do Migrante passa por uma reestruturação devido a uma guinada ideológica promovida pela recém-criada Pastoral da Mobilidade Humana.

O paradigma da mobilidade humana e dos direitos humanos reorienta a prática pastoral da Casa, até então orientada pela Pastoral do Migrante, mais ligada às questões socioeconômicas. Aos poucos a casa redefine o sentido do acolhimento e se transforma em Missão Paz – orientada para a recepção de imigrantes internacionais solicitantes de refúgio. O paradigma da mobilidade humana aponta para um vínculo claro com as concepções apologéticas do trabalho, uma vez que este é entendido como capacidade trans histórica de transformação da natureza pelo homem. Essa concepção afasta do horizonte a possibilidade de uma concepção mais crítica à sociabilidade capitalista (a própria relação de trabalho perde sua historicidade e a tensão específica de cada contexto) para dar lugar a reflexões bastante superficiais sobre os momentos de exceção da sociabilidade moderna, dificilmente entendidos – e criticados – fora do nexos social da mercadoria, do trabalho e do Estado, por isso mesmo, apologéticas das formas naturalizadas em defesa da política internacional de direitos humanos

Os albergues para populações de rua, os presídios e mesmo as hospedarias para imigrantes são pensados aqui como formas de manifestação do campo sob o colapso da modernização. São ‘zonas de espera’ (Arantes, 2014, p.141) que funcionam como territorialidades de confinamento de uma população que já não consegue encontrar uma incorporação estável em nenhum mercado de trabalho nacional e por consequência, ao ordenamento jurídico que lhe corresponde.

Por consequência – e concomitantemente – o desmanche do pertencimento à esfera da sujeição ao trabalho faz da cidadania – e do pertencimento jurídico a um Estado Nacional – nada mais do que um vínculo formal e vazio. O Apátrida é caso da radical expropriação ao pertencimento ao ordenamento jurídico do Estado de onde emigrou, já que se trata de um tipo social que sequer teve o primeiro vínculo formal reconhecido no contexto inicial.

Mas, os refugiados mantêm a própria nacionalidade, ainda que o estado de coisas lhe tenha impedido de viver neste ou naquele país. Quando são recebidos em um novo

Estado e, por meio de ordenamentos jurídicos específicos a cada país, adquirem o *status* sempre provisório de Refugiado, passam a experimentar uma condição jurídica esdrúxula. A cidadania nacional formal do solicitante de refúgio, tornada cinzas pelo colapso do processo de modernização, é transfigurada em uma cidadania provisória e particular no interior do Estado que vier a lhe acolher. A projeção imaginativa e ingênua do humanitarismo concede vistos humanitários a refugiados porque acredita que a situação da qual o imigrante foi forçado a fugir será solucionada e tão logo se normalize esta pessoa deve voltar ao país de onde fugiu.

Além dos campos de refugiados, a maior parte em zonas fronteiriças nacionais na África e na Ásia, mas também presentes nas Américas, no cenário global atual, diversas metrópoles urbanas passam a ser povoadas por uma série de 'zonas de espera', no qual o imigrante e o trabalhador em geral aguardam por uma oportunidade de emprego, via de regra precária e temporária.

Enquanto são acolhidos por instituições de assistência social, os imigrantes convivem com seus traumas. A pesquisa em Psicologia Social de Tânia Oliveira (OLIVEIRA, 2011) trata do esquecimento do passado por imigrantes africanos abrigados na Missão Paz, em São Paulo. A autora nos mostra como os traumas sofridos nos contextos de emigração, nas travessias e nas primeiras tentativas de socialização em São Paulo interferem diretamente na elaboração das suas trajetórias nas entrevistas com o CONARE (Comitê Nacional do Refugiado) para pleitear o Estatuto do Refugiado. Aqui já percebemos como, em função das suas memórias bloqueadas pelas violações e traumas da emigração e da travessia, os relatos nos quais o CONARE se baseia para a investigar a procedência da solicitação de refúgio já ficam comprometidos de antemão.

Entretanto, o processo de solicitação de refúgio no Brasil como um todo é bastante nebuloso e problemático, permeado por um sentimento paranoico de sigilos e obtusos protocolos de confidencialidade. Para entrarmos nessa questão, nossa pesquisa deve caminhar inevitavelmente, ao tema da recepção do Estatuto do Refugiado no Brasil e a transfiguração histórica e social da figura imigrante em refugiado, da década de 1980 aos dias de hoje.

Mas, para um entendimento mais profundo da situação do imigrante contemporâneo, uma análise crítica dos procedimentos jurídicos do Estado brasileiro não são nem de longe suficientes. Para isso outras perguntas de fôlego um pouco mais longo precisam ser enunciadas.

Para que chegássemos a vigência do paradigma do humanitarismo, a partir do qual orbitam as teorias e políticas dos Direitos Humanos, inclusive a própria recepção do Estatuto do Refugiado no Brasil, o processo de modernização precisou sofrer uma viragem. Desde a segunda guerra, com a expropriação em massa de populações inteiras atingindo os quatro cantos do planeta, o ordenamento jurídico foi se aperfeiçoando internamente ao campo autonomizado da política, com vistas a acolher vítimas de violências dentro de um

ordenamento jurídico global, elaborado pelas Nações Unidas e capitaneado pela Otan.

De outra parte, desde os anos 1970, a microeletrônica, a automação industrial e a revolução verde elevaram o ritmo de substituição do trabalho vivo nos processos de produção globais a uma escala inimaginável. Assim que, se no século XIX Karl Marx apresentava as migrações como que movidas por um motor subterrâneo, a saber, o constante revolucionamento das forças produtivas, no início do século XXI o que vemos é esta lógica levada a extremos.

De forma que o surgimento do campo do juridificado do humanitarismo, ao longo do século XX inevitavelmente tem de se ver com seu lastro histórico-social: o acolhimento jurídico das levas cada vez maiores de exércitos de trabalhadores sem trabalho está na encruzilhada do desmanche interno dos regimes de soberania nacionais no colapso do processo de modernização. Por consequência, o surgimento do paradigma da mobilidade humana para ser entendido com o mínimo de profundidade, deve ser visto em sua relação com a transformação do estatuto da Soberania dos modernos territórios nacionais e a elevação da cidadania burguesa ao seu próprio fundamento: um princípio formal vazio.

Enquanto ainda subsistem, os regimes de Soberania em crise produzem também territorialidades que lhe confrontam diretamente o controle político, militar e econômico e que passam a dispor de máquinas de guerra e formas de governabilidade de perto determinadas pela economia de saque, as necropolíticas (Mbembe, 2016) e que transformam o planeta em uma zona fronteira global. (Bauman, 2002, p.81). Ainda de acordo com a sugestão de Bauman, desde 2001 as populações identificadas como refugiadas – o lixo humano produzido pelo território fronteira global – se tornam alvo de ações de controle executadas em nome da segurança ameaçada pelo terrorismo. Sobre os refugiados seriam depositados parte dos medos, ressentimentos e angústias característicos da globalização (Bauman, 2002, 84).

No certame das relações internacionais, o humanitarismo se põe de pé através da constituição de um setor econômico-financeiro complexo e multi-territorial. Um conjunto de interpretações vem elaborando o papel contraditório exercido pela ajuda humanitária seja através de doações em dinheiro, mercadorias ou do investimento em mercados falidos. Nas duas últimas décadas principalmente, o princípio de venalidade contido nos Direitos Humanos tem se feito mostrar de forma trágica e espetacular. Dentro desse escopo se faz urgente transformar o humanitarismo, que da ideologia do direito à dignidade humana foi capturado como instrumento de *dumping* humano.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção: Homo sacer. O poder soberano e a vida nua II, São Paulo, Boitempo, 2011.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo. E Outros Estudos Sobre a Era da Emergência*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. *Estanhos a nossa porta*, Zahar, Rio de Janeiro, 2016.
- BÓGUS, Lucia, O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. *Ponto e Vírgula - PUC SP - No. 18* p. 126-145. (2015)
- CUTTI, Dirceu. *Revista Travessia* Nº 52. Centro de Estudos Migratórios, São Paulo 1997.
- DAMIANI, Amelia Luisa. *A Metrópole e a Indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica*. Terra Livre, São Paulo, v. 15, p. 21-37, 2000.
- HARREL-BOND, Barbara. *Imposing aid: Emergency Assistance to Refugees*. Oxford Press, 1986
- HEIDEMANN, Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho. In *Migrações: discriminações e alternativas*. São Paulo, Paulinas, 2004.
- ILLICHT, Ivan. *Ivan Illich*, Fundação Joaquim Nabuco, 2010. (1968)
- KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor. Linhas gerais para a transformação da crítica da economia política*, Antígona, Lisboa, 2014.
- MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte e Ensaios, n.32. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.
- PITTA, Fábio Teixeira. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. Tese de Doutorado, FFLHC-USP, 2016
- SCHWARTZ, Aba. Interpreting the Effect of Distance on Migration, *Journal of Political Economy*, 1973, vol. 81, issue 5, 1153-69 (1973)
- SEYFERTH, G. "Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político". *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2008, Porto Seguro, Brasil. (2008)

SOBRE O ORGANIZADOR

CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES - é natural de Londrina, norte do Paraná. Capricorniano sempre esteve ligado ao universo educacional e acadêmico. Participou de inúmeras palestras e eventos. No ambiente universitário - cronologicamente – cursou licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranaguá, especializando-se em Gestão Escolar (Instituto Superior do Litoral do Paraná), Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar (Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral) e Coordenação Pedagógica (UFPR). Além de se aperfeiçoar em Gênero e Diversidade na Escola (UFPR). Com ímpeto para desbravar o mundo, e atendendo a um desejo juvenil cursou Tecnologia em Gestão de Turismo (UFPR, Setor Litoral), apaixonado pela área, no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná analisou o Turismo LGBT, temática ainda recente na academia. *Studyholic* assumido, à época de publicação deste livro encontra-se matriculado no curso de Mestrado em *Gestión y Dirección de Equipos*, pela *Escuela Nacional de Negocios de Barcelona* e de Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, linha de pesquisa Produção do Espaço e Cultura. Possui publicações em periódicos e em capítulos de livros; é o organizador da obra “Homocultura e as novas formas de Ler a Sociedade” (2019) por esta mesma editora. Após muitos carimbos no passaporte, por meio da Smithbig Consultoria de Viagens ajuda pessoas a concretizarem seus sonhos, além de ser Coordenador Pedagógico na Prefeitura Municipal de Paranaguá. Também já desenvolveu atividades na UFPR como professor formador e tutor a distância, atuou como professor no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) pelo Instituto Federal do Paraná. Pode ser contatado através do e-mail smithbig@ufpr.br ou no Instagram em [@smithbig](https://www.instagram.com/smithbig).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 2, 3, 6, 76, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 88, 89, 91

Alimentar 83, 86, 87, 88, 89, 91

Alimentos 7, 8, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 98

Ambientais 52, 63, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 86

Ambiental 29, 57, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 83, 89, 90, 91

Ambiente 3, 14, 16, 18, 19, 20, 28, 30, 41, 43, 49, 57, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 83, 88, 90, 91, 105

Análise 1, 3, 8, 16, 17, 20, 30, 39, 41, 54, 59, 71, 73, 102

Aprendizagem 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44

Área 4, 18, 19, 23, 27, 28, 30, 31, 43, 44, 67, 105

Atividade 34, 37, 53, 59, 66, 76, 78, 79, 89

B

Brasil 3, 4, 5, 6, 11, 12, 15, 20, 31, 34, 39, 42, 49, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 71, 74, 78, 83, 84, 85, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 102, 104

C

Campo 7, 8, 11, 13, 19, 50, 53, 55, 57, 59, 63, 65, 69, 75, 76, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 88, 89, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104

Categoria 16, 19, 20, 95, 104

Cidade 14, 16, 27, 28, 29, 30, 36, 39, 43, 44, 45, 46, 48, 57, 61, 63, 76, 78, 86, 88, 90, 91, 97, 100, 101

Coletiva 60, 65, 90

Conhecimento 12, 23, 24, 27, 30, 31, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 53, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 87, 89

Cultura 3, 12, 36, 38, 44, 53, 55, 56, 57, 61, 62, 74, 85, 88, 105

D

Desenvolvimento 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 15, 18, 24, 25, 27, 31, 32, 34, 36, 41, 43, 52, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 76, 78, 79, 80, 84, 85, 87, 90, 91

E

Educação 5, 6, 7, 8, 13, 15, 18, 20, 21, 23, 25, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 48, 49, 50, 53, 62, 63, 74, 84, 90, 98

Educadores 22, 23, 25, 26, 29, 30, 31, 38, 40

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 41, 44, 45, 50, 53, 61, 85, 94, 105

Escolar 14, 16, 18, 19, 20, 23, 32, 33, 34, 38, 39, 55, 105

Espaço 4, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 42, 44, 48, 57, 59, 61, 67, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 90, 91, 96, 105

Estudos 12, 17, 24, 32, 43, 44, 50, 53, 55, 63, 65, 70, 71, 72, 73, 78, 94, 104

G

Geografia 2, 1, 4, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 39, 51, 53, 55, 57, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 84, 85, 91, 92, 105

Geográfica 9, 16, 19, 20, 26, 35, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 77, 85, 94

H

Histórica 18, 44, 51, 101, 102

Hortas 86, 87, 88, 89, 90, 91

Humanitária 98, 99, 103

Humano 3, 26, 28, 34, 35, 63, 64, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 93, 103

I

Identidade 14, 18, 20, 29, 38, 58, 59, 61, 62, 83

Imigrante 93, 94, 95, 96, 97, 102

L

Local 3, 7, 10, 13, 14, 16, 18, 19, 30, 36, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 60, 77, 79, 85, 87, 90

Localização 5, 6, 7, 17, 26, 27, 44

Lugar 14, 16, 18, 19, 20, 21, 27, 29, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 44, 45, 57, 58, 61, 67, 68, 72, 79, 83, 90, 93, 94, 96, 97, 101

M

Midioteca 41, 42, 43, 44, 45, 48

Mobilidade 37, 92, 95, 101, 103

Mobilização 95, 96, 97, 98, 100, 101

N

Natureza 17, 18, 27, 28, 30, 41, 42, 52, 55, 56, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 77, 83, 85, 94, 101

P

Paisagem 20, 45, 46, 48, 55, 58, 61, 72, 74, 79

Pedagogia 7, 8, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 32, 39, 58, 105

Professor 18, 19, 23, 25, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 105

R

Realidade 3, 7, 12, 24, 25, 26, 27, 28, 34, 35, 36, 38, 39, 53, 55, 61, 65, 71, 72, 77, 83

Refugiado 92, 95, 98, 102

Regional 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 13, 48, 66, 77

Representação 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 38, 55, 59, 62, 72, 74

Rural 5, 8, 12, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 85

S

Soberania 86, 87, 88, 91, 92, 103

Sociais 4, 6, 7, 8, 13, 21, 27, 28, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 44, 60, 63, 73, 76, 78, 85, 86, 87, 90, 101

Social 1, 2, 3, 5, 12, 15, 18, 20, 25, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 51, 52, 58, 64, 66, 71, 73, 74, 76, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105

Sociedade 3, 4, 19, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 55, 56, 61, 64, 65, 67, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 87, 89, 90, 91, 95, 104, 105

Sujeito 14, 17, 18, 19, 20, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 92, 95

T

Trabalhador 96, 97, 102

Trabalho 1, 3, 11, 14, 16, 18, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 34, 35, 41, 43, 48, 50, 51, 54, 60, 67, 71, 72, 75, 77, 83, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104

Transformação 3, 30, 37, 39, 41, 65, 66, 77, 84, 92, 101, 103, 104

U

Urbana 45, 73, 80, 89, 90, 91

Urbano 12, 28, 31, 57, 59, 73, 76, 79, 87, 88, 90, 97

INTERCONEXÕES: SABERES E PRÁTICAS DA GEOGRAFIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

INTERCONEXÕES: SABERES E PRÁTICAS DA GEOGRAFIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 